

ATA Nº 23/2020

23ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 8ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
2017 - 2020 REALIZADA EM 24/08/2020.

Presidente: ANDERSON RAMOS SAGGIORATO
Secretário: CLAITON RIBEIRO DA SILVA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte às dezoito horas reuniram-se por meio virtual, em intermédio do aplicativo Google meet, em Sessão Ordinária os nobres Vereadores: Anderson Ramos Saggiorato, Rosimeri Rodrigues Machado, Claiton Ribeiro da Silva, Mariela Carla Rossetto, José Ivânes Moí Frizão, Claudemir Antonio Nunes Andriolli, Paulo Cesar Klein, Erivelton Eliseu Jahn, Adilson Castro Machado. Para a realização da 23ª Sessão Ordinária do ano de dois mil e vinte. **Abertura:** Em nome de Deus e das Leis Constituídas, o Presidente Vereador Anderson saudou a todos, agradeceu a presença do público e declarou aberta a presente Sessão. Em seguida solicitou a Vereadora Rosimeri a leitura de um trecho Bíblico. Dando início aos trabalhos o Presidente Vereador Anderson solicitou a o Vereador Claiton a leitura da Ordem do dia. Considerando que a sessão se deu por meio virtual não houve grande expediente. Após o Presidente solicitou a leitura da **Ata nº 012/2020** da Sessão Ordinária do dia 25 de Maio de 2020. O vereador Paulo pediu a dispensa da leitura da Ata, concedida pelo presidente. Após o Presidente solicitou a leitura da **Ata nº 013/2020** da Sessão Ordinária do dia 01 de Junho de 2020. O vereador Paulo pediu a dispensa da leitura da Ata, concedida pelo presidente. Após a Presidente solicitou a leitura do **Projeto de Lei nº 057/2020**- Abre crédito Especial e Indica Recursos dentro do orçamento corrente. O vereador Paulo pediu a dispensa da justificativa, concedida pelo presidente. Considerando que o presente projeto entrou na pauta na data da sessão e tendo em vista disposto regimento interno, o presente projeto ficará baixado para análise. Após a Presidente solicitou a leitura do **Moção de Apoio Nº 001/2020**, apresentada pelo Vereador Anderson Ramos Saggiorato. Moção de apoio ao pagamento dos salários dos(as) trabalhadores(as) grevistas da rede estadual de educação. A Câmara Municipal de Vereadores, através do vereador abaixo signatário, vem, na forma regimental, apresentar esta Moção de Apoio à reivindicação dos(as) mais de 27 mil trabalhadores(as) da rede estadual de educação cujos pontos foram cortados em razão da greve protagonizada pela categoria. Os(as) profissionais

pleiteiam a reversão da medida imposta pelo governo do estado amparados(as) nas razões abaixo coadunadas: Após travar uma dura greve para defender seus direitos e carreiras, os(as) educadores(as) gaúchos honraram o compromisso com os(as) mais de 800 mil alunos que dependem da escola pública, recuperando as aulas devidas e concluindo o ano letivo de 2019. Prestaram, portanto, os serviços para os quais são nomeados(as) e contratados(as). Não obstante, seus salários foram cortados como forma de retaliação ao movimento grevista. Efetivamente, estes(as) educadores(as) trabalharam de graça. Como é público e notório, a categoria dos(as) trabalhadores(as) em educação já amargava, antes da pandemia, um intenso processo de empobrecimento, agravado pela recente perda de direitos. Em julho, contam-se 55 meses de salários atrasados e parcelados, e quase seis anos sem qualquer reposição salarial, acumulando perdas inflacionárias superiores a $\frac{1}{3}$ do poder aquisitivo desde novembro de 2014. Ademais, em abril, o governo redefiniu os critérios de adicionais percebidos por educadores(as) que trabalham em escolas de difícil acesso, em áreas periféricas ou com alta periculosidade, reduzindo proventos de 70% da categoria. Cabe aludir ao grave momento que atravessamos, que inclui despesas extras com a saúde e evidencia a importância da renda dos servidores(as) para o sustento familiar em um período de crise e desemprego, bem como para fazer girar o comércio e a economia local. Outrossim, esta é uma categoria que está trabalhando dobrado desde o início da pandemia, utilizando equipamentos pessoais e pagando Internet com os próprios recursos para não deixar desassistidos os estudantes que dependem da escola pública, apesar dos salários cortados, defasados, atrasados e parcelados. Embora o mérito legal do desconto imposto pelo Executivo permaneça em litígio no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, as graves consequências urgem por uma solução célere e compatível com a dimensão do problema. São famílias inteiras em situação de calamidade, que perderam 30% dos seus ganhos mensais desde janeiro e sem perspectivas de alívio financeiro. Trata-se de uma questão humanitária. Sustar a renda de quem já se encontra no limite de suas possibilidades é uma ameaça à vida destes(as) trabalhadores(as) e seus dependentes; Solucionar este impasse e fazer cessar o sofrimento de quem educa o povo gaúcho está a pleno alcance do governo estadual, bastando um gesto de boa vontade do chefe do Executivo. O pagamento sonegado aos (às) educadores(as) pode ser realizado prontamente em folha suplementar, sem qualquer impacto adicional aos cofres públicos, vez que os gastos com a

folha de pessoal já constavam na previsão orçamentária. Reiteramos: as aulas devidas foram recuperadas e, em meio a uma pandemia, é incabível a continuidade de uma medida meramente punitiva e politicamente motivada. Caráter evidenciado pela declaração do governador de que o corte serviria para “desestimular a prática grevista”. Diante do exposto, após aprovação do soberano Plenário, requer-se que seja encaminhada a presente moção à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e ao Palácio Piratini, pleiteando pela reversão do corte do ponto e pagamento dos dias parados já recuperados pelos(as) trabalhadores(as) da rede estadual de educação. Câmara Municipal de Vereadores de Novo Barreiro, 21 de agosto de 2020. Anderson Ramos Saggiorato, Vereador (PT). O Presidente coloca em discussão, passando a palavra para o Vereador Paulo, onde comentou que essa noção é muito importante, pois não é justo os educadores da rede pública recuperar os dias que fizeram greve e não receberem seu salário por este motivo. Finalizou seu comentário pedindo o apoio de todos os colegas vereadores. O presidente agradeceu as palavras do vereador, passando em seguida a palavra para o vereador José Ivanês, onde por acompanhar o dia a dia dos educadores, esse atraso foi recuperado pelos professores e como vereador é o mínimo que eles podem fazer, assinar essa noção de apoio e enviar para o governador. O presidente agradeceu as palavras do vereador, passando em seguida a palavra para o vereador Claudemir, onde por motivos desconhecidos o programa de gravação da sessão virtual parou de gravar o áudio. O presidente agradeceu as palavras do vereador, passando em seguida a palavra para a vereadora Rosimeri, onde por motivos desconhecidos o programa de gravação da sessão virtual parou de gravar o áudio. O presidente agradeceu as palavras da vereadora, passando em seguida a palavra para o vereador Erivelton, onde por motivos desconhecidos o programa de gravação da sessão virtual parou de gravar o áudio. O presidente agradeceu as palavras do vereador, passando em seguida a palavra para a vereadora Mariela, onde por motivos desconhecidos o programa de gravação da sessão virtual parou de gravar o áudio. O presidente em seguida colocou em votação, o qual foi **aprovado** por unanimidade. **Encerramento:** E não havendo mais nada a tratar o Presidente Vereador Anderson agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. E esta ata redigida pelo Assessor de Imprensa Yuri Andriolli que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, Secretário e demais Vereadores presentes.

Anderson Ramos Saggiorato (PT)

Presidente do Legislativo Municipal

Claudemir Antonio Nunes Andriolli (PP)	
Erivelton Eliseu Jahn (PP)	
José Ivanês Moi Frizão (PC do B)	
Rosimeri Rodrigues Machado (PTB)	
Mariela Carla Rossetto (PC do B)	
Adilson Castro Machado (PDT)	
Claiton Ribeiro da Silva (PP)	
Paulo Cesar Klein (PT)	